

O SERVIÇO SOCIAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ RELATO DE UMA TRAJETÓRIA

SOCIAL WORK IN THE FIELD OF EDUCATION IN CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ REPORT ON A TRAJECTORY

Eliana Monteiro Feres¹
Carolina de Cassia Ribeiro Abreu²
Paulo Santos Freitas Junior³

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo apresentar a trajetória do Serviço Social no campo da Educação, no município de Campos dos Goytacazes/RJ. Iniciamos com um breve relato das legislações nacionais e o direito à educação de forma universal só passou a existir a partir da CF88, embora identificamos que são múltiplos os desafios para uma educação que emancipa, pois apesar da universalização temos muitos a avançar na permanência dos alunos numa escola com qualidade. Neste relato de experiência descrevemos nosso processo de trabalho a partir dos eixos qualidade acesso, permanência e gestão democrática, com o propósito de sistematização e socialização das ações desenvolvidas.

¹Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (1996). Pós Graduação lato Sensu em Serviço Social Contemporâneo Assistência e Trabalho UFF (2002)

²Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (1989).Mestrado em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. Assistente Social da Prefeitura de Campos dos Goytacazes com experiência em saúde pública e educação (Educação do Campo).

³Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense (2002) Mestrado em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (2012) Assistente Social da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, na Secretaria de Educação na área de educação inclusiva.

Palavras-Chave: Educação. Serviço Social. Processo de Trabalho.

ABSTRACT: *This article aims to present the trajectory of Social Service in the field of Education, in the municipality of Campos dos Goytacazes / RJ. We begin with a brief account of national legislation and the right to education universally only came into existence as of CF88, although we identified that there are multiple challenges for an education that emancipates, because despite the universalization we have many to advance the permanence of students in a quality school. Thus, in this experience report we present our work process from the axes quality access, permanence and democratic management, with the purpose of systematization and socialization of the developed actions*

Keywords: *Education. Social Service. Work Process.*

APRESENTAÇÃO

O Serviço Social da Educação do município de Campos dos Goytacazes/RJ foi criado em 1997, através da Lei Municipal nº 6.462 sendo implantado na Secretaria de Educação em 1999, através do Programa Municipal Bolsa de Estudos⁴

Devido à apresentação de demandas oriundas das escolas, os assistentes sociais foram sendo chamados a atender as requisições, também, da rede educacional. Assim, em 2003 a Secretaria de Educação realizou o primeiro concurso público para assistentes sociais.

Ao longo destas quase duas décadas, a equipe de Serviço Social na Educação vem organizando seu trabalho tendo como objetivo intervir nas diversas expressões da questão social, conseqüentes das relações construídas na realidade social, que interferem no processo educacional,

⁴O Programa Bolsa de Estudos se caracteriza por oferecer matrículas na rede privada de educação fundamental, aos alunos excedentes. O trabalho dos assistentes sociais consistia inicialmente em traçar um perfil dos alunos bolsistas.

como por exemplo, violência, indisciplina, baixa frequência e evasão escolar.

A falta de espaços físicos adequados para atendimento, de carros para realização de visitas domiciliares, de investimentos específicos para desenvolvimento de projetos e baixos salários são vivenciados por todos os trabalhadores da educação e também precisam ser enfrentados pela equipe junto aos profissionais da educação e seu sindicato.

O processo de trabalho no Serviço Social, segundo Iamamoto (1997), pauta-se no instrumental técnico-operativo. Tal instrumental não compreende apenas o arsenal de técnicas que são utilizadas para concretização dos serviços, mas também o arsenal teórico-metodológico que se constitui do conhecimento, valores e habilidades. Podendo essa base teórica ser definida pelos “recursos essenciais que o assistente social aciona para exercer o seu trabalho” (IAMAMOTO, 1997, p. 43).

São muitos os recursos que a equipe vem utilizando ao longo destes anos de atuação e diversas foram às propostas metodológicas construídas, que apresentaremos ao longo deste artigo. Nossa experiência na área de Educação se constitui num campo fértil. O vasto leque de demandas na área educacional - como, por exemplo, dificuldade de aprendizagem por problemas de saúde, sociais e/ou culturais, baixa frequência, evasão escolar, gravidez na adolescência, violência doméstica, violência dentro da escola, dificuldades de acesso a programas e serviços - exige o conhecimento das múltiplas expressões da questão social que permeiam o universo escolar no que tange à garantia de direitos sociais.

Neste sentido, ao identificar as expressões da questão social que se apresentam no contexto educacional, percebemos que o conhecimento teórico-metodológico e o

posicionamento ético-político dos assistentes sociais vêm se operacionalizando e trazendo respostas às requisições institucionais que nem sempre estão ao encontro das expectativas dos profissionais da Educação, face ao olhar coletivo sobre questões de infrequência, indisciplina, dificuldade de aprendizagem e violência no cotidiano escolar.

Este artigo propõe, portanto, a re-inaugurar a sistematização desta experiência, socializando a riqueza da prática profissional que, por quase duas décadas, a equipe de assistentes sociais da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte (SMECE) vem desenvolvendo.

1. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.

A história da política educacional brasileira revela que durante muitos anos a educação se constitui um privilégio de poucos. Em 1837, a primeira Lei Provincial do Rio de Janeiro, a de nº 1 de 02/01/1837 escreve em seu art. 3º “que são proibidos de frequentar as escolas pessoas que padecem de moléstias graves e os escravos e os pretos africanos [...]”.

Movimentos culturais e pedagógicos identificados nas obras de Anísio Teixeira (Manifesto por uma Educação Nova) fez com que o primeiro governo Vargas, na Constituição de 1934, preconizava um capítulo sobre Educação, atribuindo à União a competência de traçar as diretrizes de uma educação nacional e aos estados a gestão de seus municípios.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), de 1961, deixou em aberto brechas para que o ensino primário obrigatório não fosse integralmente

cursado. Seu art. 30, ao explicitar as isenções da obrigatoriedade, deixa claro quem “não precisa” ser destinatário da educação escolar: os que comprovarem *estado de pobreza*, os que não puderem ir à escola por haver *insuficiência de escolas* ou por já terem suas *matrículas encerradas*. Além desses casos, incluem-se os indivíduos que estejam com alguma *doença ou anomalia grave*.

A partir da Constituição Federal de 1988 temos, portanto, a universalização do direito à Educação. Porém, segundo Frigotto: “A universalização do acesso legitima a aparente democratização. O que efetivamente se nega são as condições objetivas, materiais, que facilitem uma escola de qualidade” (2006, p.166).

O direito à Educação passa a ser mensurado como valor de cidadania e dignidade da pessoa humana, itens considerados essenciais para a construção de um Estado Democrático de Direito. Contudo, esse salto de qualidade não ocorre de forma legítima, pois a não valorização dos profissionais da educação, a precariedade das escolas e a universalização do acesso sem uma ampliação da rede física, corroboram para o fracasso escolar atribuído, na maioria das vezes, aos alunos e seus problemas sociais.

Nas décadas de 70/80 torna-se hegemônica em várias partes do mundo a ideologia neoliberal. No Brasil, Apesar do contexto de redemocratização do país, com a promulgação da CF/88, as propostas neoliberais começam a ganhar forma no governo de Fernando Collor (1990) que, para atender aos interesses do mercado internacional, tenta adequar a Educação pública nacional aos domínios e necessidades do mercado, transformando o ensino em mera mercadoria, cada vez mais precarizado.

As políticas neoliberais se evidenciam na Educação por meio das propostas de avaliação (controle), da

ampliação de cursos a distância, da valorização da educação técnica/profissionalizante, da busca pela “qualidade” (na concepção do mercado), entre outras. Na atualidade, as verbas para a Educação no Brasil são as primeiras a sofrer os típicos cortes no orçamento em nome da estabilidade econômica.

Sobre a ideologia neoliberal, Gentili (1996, p. 9) afirma que o Estado não cumpre mais o dever de zelar pelo bem-estar daqueles que o elegeram, pelo contrário, o Estado se torna um agente representante dos objetivos e interesses do grande capital internacional.

Identificamos neste processo histórico que a Educação se constituiu como privilégio de um grupo, uma exclusão legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob diversas formas, a exclusão tem-se apresentado como característica comum nos processos de inclusão, naturalizada, por exemplo, no fracasso escolar.

2. CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO EM CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

O município de Campos dos Goytacazes é o maior em extensão territorial do interior do Estado do Rio de Janeiro, localizado na região norte fluminense, contando com uma população de 463.731 habitantes, segundo o Censo de 2010. A população urbana corresponde a 85% do total e se encontra distribuída entre quinze distritos e 102 bairros. O orçamento público estimado para 2016 foi

de 1,690 bilhão de reais.

Em Campos dos Goytacazes/RJ , segundo censo educacional de 2015, temos uma rede composta por cerca de 52 mil estudantes matriculados em 160 escolas e 78 creches, distribuídos nas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental, ProJovem (campo e urbano) e EJA (diurno e noturno).

No que tange à rede escolar, identificamos que sua ampliação é lenta, sem estrutura adequada, com escolas funcionando em espaços alugados, com salas mal adaptadas, com falta de bibliotecas, quadras e outros espaços importantes ao processo pedagógico.

Segundo o diagnóstico das condições socioeconômicas da infância e juventude realizado pelo NETRADE/UFF, o município apresentou taxas críticas tanto no que se refere à qualidade do ensino quanto ao fenômeno do abandono e da repetência. Os dados do Censo 2000 mostram que na faixa etária de 05 a 14 anos, 6,34% das crianças estão fora da escola e este percentual chega a 35,20% na faixa etária de 15 a 19 anos, o que representa 14.381 jovens fora da escola. “Embora o município tenha atingido a marca de 95,12% de frequência escolar, na idade entre 7 e 14 anos, o analfabetismo nessa mesma faixa etária atingiu 9% dessa população em 2000”, e 42% das crianças entre 7 e 14 anos tinham mais de um ano de atraso escolar. Diante de um percentual de 35,20% de pessoas na faixa etária de 15 a 19 anos que estão fora da escola (NETRADE /UFF, 2005, p. 36).

3. A EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL

Segundo levantamento histórico, o Serviço Social Escolar foi implantado na Secretaria Municipal de Educação de Campos em junho de 1999. A equipe era

composta por quatro assistentes sociais e uma gerente. A primeira demanda institucional apresentada à equipe foi traçar o perfil dos alunos que faziam parte do Programa de Bolsa de Estudos da Prefeitura⁵, um convênio firmado com escolas da rede particular para o Ensino Fundamental.

À medida que as unidades escolares foram tomando ciência da existência de assistentes sociais na secretaria de educação, começaram a apresentar expectativa da presença dos mesmos em seus espaços. A equipe foi construindo a documentação e elaborando um projeto inicial de trabalho. O Serviço Social apresentava-se, na Educação, diante de um desafio por conta de poucas experiências e falta de material teórico-metodológico.

À medida que o trabalho do Serviço Social ganhava visibilidade emergiram das unidades escolares diversas questões demandando a ampliação da equipe. Assim, em 2003 foi realizado um concurso público para a Secretaria de Educação, com vagas para Assistentes Sociais, Psicólogos, Psicólogos/Psicopedagogos e Fonoaudiólogos.

A Equipe (assistentes sociais, psicólogos e fonoaudiólogos) que compunha a Gerência de Serviço Social Escolar, durante o período de 2005 a 2008, elaborou o Projeto de Intervenção – Acessibilidade e Permanência: um compromisso de todos, divididos em temáticas de atuação, através de subprojetos, executados pelos profissionais. São eles: Evasão Escolar: mecanismos de monitoramento e combate a situações de risco de evasão escolar; Família – Escola: parceiros na educação; Desenvolvimento do Processo Sensorial; Quebrando a Rotina e promovendo aprendizagens; Creche Amiga da

⁵Não encontramos em nossos arquivos da GSSE dados sobre o funcionamento do referido Programa.

Criança; Saúde e Prevenção nas Escolas; Sexo sem Vergonha; Discutindo sexualidade, construindo cidadania; Construindo cidadania no espaço educativo; Cidadania no espaço escolar – ética, valores e atitudes na preservação do patrimônio público; Ética, valores e atitudes: um novo olhar sobre a (in) disciplina; Expressão da Agressividade através da Arte; SignificARTE; Atuação Fonoaudiológica junto aos alunos da rede municipal de ensino; Serviço Social em comunidades camponesas; e Orientação quanto à queixa escolar. Os projetos compreendiam uma atuação/intervenção junto aos educandos, educadores e família⁶.

Os projetos apresentados acima foram arquivados num portfólio, contudo como a cultura da sistematização não estava presente nas rotinas de trabalhos, temos somente o registro descritivo do trabalho desenvolvido de forma multiprofissional. Muitas mudanças ocorreram ao longo dos 17 anos, tanto com a equipe multiprofissional quanto nas formas operativas do trabalho do Serviço Social.

O Serviço Social elaborou seu plano de trabalho pautado na defesa de uma política educacional efetiva, ampliando a concepção do processo pedagógico e compondo um trabalho coletivo que vise à autonomia crítica dos sujeitos com base nos subsídios do CFESS.

Segundo os subsídios para atuação do Serviço Social do GT de Educação do CFESS é

[...] fundamental que os assistentes sociais que atuam na educação tenham como dimensão teórica e crítica para organização e condução dos trabalhos o significado

⁶ Os projetos foram elaborados por grupos de profissionais e cada projeto era desenvolvido nas escolas de referência e/ou quando outro da equipe solicitava.

estratégico que a política de educação possui em relação às condições de produção de uma visão autônoma da classe trabalhadora, afirmando a perspectiva de construção de uma educação emancipadora de um sujeito político concreto, real e histórico.

Quatro são os eixos de atuação apontados nos subsídios para ação profissional: acesso, permanência, gestão democrática e qualidade e nossa experiência revela que os projetos desenvolvidos tinham como propostas estes eixos.

Sobre acesso, destacamos nossa atuação no Programa Bolsa de Ensino Fundamental, sendo produzido pela equipe um artigo para apresentação no CBAS sobre a atuação dos assistentes sociais neste programa onde foram contabilizados cerca de seis mil cadastros, em sua maioria da educação infantil. A identificação dos bairros e série dos estudantes excedentes teve como propósito mapear territorialmente os locais que a Secretaria de Educação deveria priorizar para construção de escolas, pois as bolsas de ensinos estão previstas na LDBEN/96, mas o município tem a obrigatoriedade de investir em ampliação de novas vagas públicas. No entanto, algumas escolas particulares estavam conveniadas desde o antigo PROBO (Programa de Bolsas de Ensino), sem previsão de abertura de novas vagas públicas.

As reflexões do programa de bolsas de ensino e a sistematização do trabalho desenvolvido levaram a modificação do modo de atuação, da visibilidade e das bases teóricas assumidas pelo Serviço Social que foram apresentadas num relatório socializado nos Conselhos de Políticas (Educação e Criança e Adolescente).

A defesa do direito ao acesso está sempre presente

no processo de trabalho envolvendo alunos com deficiência, adolescentes em cumprimento de medida sócio educativa, pois muitos são os motivos apresentados para “não matrícula” na rede pública. O Serviço Social vem garantindo pelo menos acesso desse público.

Quanto ao eixo da permanência, temos ainda um longo caminho a percorrer apesar da elaboração do Projeto Meu Lugar é na Escola, cuja metodologia envolve o programa FICAI (Ficha de Comunicação de Alunos Infrequente do MPF) que continha os fluxos de comunicação dos alunos infrequentes.

Identificamos que a execução do programa em 2009 envolvia um trabalho coletivo, pois a comunicação dos alunos deveria ser feita inicialmente pela escola e dificuldades foram destacadas para desenvolvimento de um trabalho conjunto. Como o projeto não foi desenvolvido conforme o previsto, em 2015 o MPE fez um TAC obrigando o município a ter um programa de combate à infrequência.

O dever da família está contido na LDBEN/96 e também do Estado conforme já apontado, mas as falta de condições objetivas das escolas para que se efetivem a permanência dos alunos também precisam fazer parte dos motivos da comunicação.

Sendo necessário reflexões coletivas sobre as condições objetivas de retorno dos alunos que estão, por exemplo, em distorção série-idade e cujo motivo está o não interesse de retorno a escola ocasionado por um “fracasso escolar” produzido pelo sistema de ensino que ainda não conseguiu imprimir em sua proposta pedagógica um modelo que inclua os filhos da classe trabalhadora, principalmente das famílias que não tiveram a oportunidade de acesso a escola, não são letradas e ou evidenciam o analfabetismo funcional (os que só assinam

o nome).

Em alguns casos de infrequência, os alunos estavam dentro da escola, mas não dentro da sala de aula (processo comum dos alunos de segundo segmento). Dentro da escola “o pátio” tem um sentido específico para este grupo, com destaque para a socialização de informações veiculadas pela internet, já que dentro da sala de aula não é possível discutir, pois são muitos os conteúdos disciplinares a serem desenvolvidos.

É neste espaço “fora da sala de aula” que são geradas parte das requisições colocadas para atendimento (imediato) ao assistente social. O tão utilizado termo “apagar incêndios” que permeia o processo de trabalho com questões ligadas à indisciplina e violência iniciadas em espaços onde a escola não consegue controle (por falta de pessoal e ausência de disciplina não imposta, mas construída em seu coletivo) sempre fez parte do trabalho profissional nestes 17 anos não se constitui um aspecto isolado e isoladamente não deve ser tratado.

Quanto à gestão democrática também apontada pelos subsídios - que não se refere somente a eleição direta de diretores, mas numa mudança de toda uma cultura educacional de gestão - destacamos neste artigo algumas considerações pertinentes ao processo de eleição diretas para as direções de escola.

A eleição de diretores, apesar de ser prevista na CF/88 e na LDBEN/96 e se constituir uma das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e também do Plano Municipal de Educação (PME), em Campos dos Goytacazes/RJ especificamente essa meta não se efetivou.

Em 2013 foi publicado em diário oficial um “processo seletivo” para organização dos cargos de dirigentes de escolas com critérios legalmente definidos (curso de pedagogia e atuação no magistério ou

experiência em gestão escolar), sendo o processo organizado pela Secretaria de Educação. Contudo, no fim do ano 2014 um decreto da prefeita torna sem efeito as nomeações que passaram pelo processo seletivo e durante o ano os diretores foram sendo colocados no cargo, mas sob a indicação de vereadores.

A cultura política do município ainda é marcada por um viés clientelista, pois os cargos de gestão do poder executivo (seja da área da educação, saúde ou assistência social) são distribuídos entre o legislativo. Esta cultura política prejudica não só a gestão democrática da escola, mas todo o processo pedagógico que a eleição de diretores envolve, desde o ato da escolha, passando pelo acompanhamento da gestão, até o ato participativo que deve ser ensinado aos alunos. Neste mesmo contexto estão os grêmios estudantis, que não são incentivados e tem na falta de espaço físico uns dos motivos para seu não incentivo, sendo motivados os representantes de turma.

A defesa da gestão democrática deve ser um princípio da gestão pública e não uma escolha com critérios legalmente definidos. E o Serviço Social tem muito a contribuir neste processo.

Sobre a qualidade ainda são múltiplos os processo de trabalho do Serviço Social, pois no contexto neoliberal que vivemos, somado a conjuntura política atual que enfrentamos nacionalmente assumindo velhas/novas propostas que congelam investimentos em educação e saúde (PEC 055), projetos que ferem o princípio democrático e de autonomia das escolas (Escola sem Partido) é um município que para aumentar o IDEB “maquiou” sua rede escolar adotando “critérios” de reclassificação de alunos em distorção idade-série.

Embora a defesa da qualidade seja um dos princípios do Código de Ética, a qualidade é um eixo que

não podemos “adotar” sozinhos, pois precisamos discuti-la junto aos nossos pares que são os profissionais de educação. Desconstruir o estereótipo que a qualidade do ensino só existe na rede privada não é tarefa fácil, principalmente quando a gestão pública investe parte de seus recursos na própria rede privada.

Destacamos que nesta trajetória o Serviço Social também abriu vagas para Estágio Supervisionado, sendo enriquecedora a troca de experiência que se vivencia na unidade teoria e prática. Assim e, ao longo destes anos, alguns projetos tiveram a participação de estagiários de Serviço Social tais como: “Café com Inclusão” e “Senta que lá vem história”. Os projetos tiveram como foco temas ligados à diversidade como inclusão educacional e questão étnico racial, foram apresentados em seminários da categoria ou da Secretaria e continuam sendo desenvolvidos.

Neste processo histórico, onde as relações sociais não são dadas e sim construídas, devemos imprimir em nosso cotidiano profissional um posicionamento crítico apontando a necessidade não só de maior investimento nas escolas municipais, mas também mudanças no que tange a organização da escola recortadas em disciplinas e formas de avaliação que produzem uma dinâmica onde o processo e o sentido da escola se perdem.

A preparação para o futuro e formação para cidadania que consistem em alguns dos objetivos da escola, precisam dar espaços para que os alunos possam ter respostas às suas requisições do presente.

Defendemos uma proposta de Educação que emancipa, mas problematizando é necessário que esta formação implique em entender que a ordem social (leis, costumes, instituições, tradições, etc) não é natural. A ordem social é uma intervenção, uma criação da

sociedade. E neste processo, ao identificarmos que a ordem que se tem não produz dignidade, pode-se transformá-la ou criar uma nova.

Como a escola reflete as relações que são produzidas na sociedade, onde seus sujeitos (alunos, professores e familiares) apresentam requisições que se relacionam as múltiplas expressões da questão social, as identificações destas questões não devem ser vistas de forma isoladas e sim, como fruto dessa desigualdade situada num município com forte concentração de renda e com uma cultura política ainda voltada para o favor e não para o direito.

Tratar estas requisições de forma coletiva requer da equipe uma sistematização da prática e avaliar as respostas que o Serviço Social vem produzindo neste “chão da escola” e identificando como a dimensão pedagógica da profissão pode trazer um diferencial neste processo de trabalho. Afinal, a área educacional apesar de suas contradições se constitui num fecundo espaço profissional se considerarmos não apenas o que está “instituído” tais como as regras, as formas de organização, as leis, mas por aquilo que podemos instituir com a nossa capacidade técnica, teórica e política junto a comunidade escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo educacional é rico de possibilidades ao trabalho do serviço social, porém muitos são os desafios, sendo importante compreender que área educacional tanto pode servir de afirmação aos interesses capitalistas ou para ampliação das lutas sociais na defesa e busca pelos seus direitos.

Certamente defendemos uma educação pública, gratuita e de qualidade e nossa trajetória aqui relatada vem

apontando de que forma estamos atuando nesta defesa. Conforme descrito temos diversos processos de trabalho que ainda precisam ser revistos e ainda uma análise mais circunstanciada como o serviço social da educação vem construindo respostas à questão social que se apresentam no contexto educacional.

Os diversos reflexos da questão social presente no interior das escolas, conseqüentemente dificultam o cumprimento da finalidade maior da instituição educacional, que é a de contribuir na formação da cidadania. A escola enquanto equipamento social continua sendo um espaço de desenvolvimentos de habilidades (falar, ler, escrever, calcular e raciocinar) mas precisa que seus conhecimentos sejam contextualizados e ainda precisa estar atenta para as mais diferentes formas de manifestação de exclusão social as quais possam estar ocorrendo, desde questões que vão de violência, atitudes discriminatórias, de etnia, do gênero, de sexo, de classe social, reprovações e evasão escolar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz T. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio- ocupacionais.** Disponível em: www.cress-mg.org.br/Textos/textos_simposio/2007.05.19_plenaria8_neyteixeira.doc.

BRASIL. **Constituição Federal de 1937.** Disponível em: [hppt www2.camara.gov.br](http://www2.camara.gov.br) .Acesso em 20 de maio de 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. LEI 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Ministério da Educação e do Desporto, Brasília, 1996. Disponível em: [hpptwww:/planalto.gov.br/Ldb4024](http://www.planalto.gov.br/Ldb4024)

BRASIL. Lei do Orçamento Geral do Município de Campos dos Goytacazes. Disponível em: hpptwww.prefeiturade Camposdosgoytacazes.gov.br/diário_oficial.

BRASIL. Lei do Programa Bolsas do Ensino Fundamental. Disponível em: http://www.camaracampos.rj.gov.br/images/legislacao/leis_municipais/educacao/Lei-8.072.pdf.

BRASIL. Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília, DF, 1961. Disponível em: [hpptwww:/planalto.gov.br/Ldb4024](http://www.planalto.gov.br/Ldb4024)

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1971. Disponível em: [hpptwww:/planalto.gov.br/Ldb4024](http://www.planalto.gov.br/Ldb4024)

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Lei Provincial do Rio de Janeiro**, de nº. 1 de 02/01/1837. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ldb4024>

CAMPOS DOS GOYTACAZES. Lei Municipal 6.462 de 11 de novembro de 1997. Autoriza a criação do serviço social na educação.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**, 1996.

DIAGNÓSTICO das condições socioeconômicas da infância e juventude de Campos dos Goytacazes/NETRAD/Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional/Universidade Federal Fluminense – Campos dos Goytacazes: Fundação Cultural Jornalista Osvaldo Lima/PMCG, 2006.

FRIGOTTO, Gaudencio. A produtividade da escola improdutiva: um (re)exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. São Paulo: Editora Cortez, 1984. 1ª ed.

IAMAMOTO, Marilda V. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo, Cortez, 1997.

Serviço Social & Realidade, Franca, v. 28, n. 2, 2019. 35

Plano Municipal de Educação de Campos dos
Goytacazes(2009-2019). Disponível em:
<http://www.cme.campos.rj.gov.br/>